

Advogado Ass. Constitucional sugere 5 OUT 1985 plebiscito

AGÊNCIA ESTADO

O presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Hermann de Assis Baeta, sugeriu ontem em Brasília a realização de um plebiscito nacional para a população decidir entre a transformação do Congresso a ser eleito em 1986 em Assembléia Constituinte ou a eleição de delegados com a atribuição única de elaborar a nova Carta. Ele elogiou a proposta do presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), de criação de uma grande comissão para desincumbir-se da legislação ordinária enquanto durar o trabalho da Constituinte, argumentando que esta idéia coincide com o objetivo da OAB, de promover ampla participação da sociedade civil na elaboração da nova Carta por meio de uma Assembléia Autônoma.

Ao defender o plebiscito, Baeta disse que o próprio povo brasileiro deve definir se quer uma Constituinte composta por congressistas ou uma Assembléia autônoma. O referendo popular à nova Carta, proposto pelo professor Miguel Reale Jr., é uma idéia inoportuna na opinião do presidente da OAB, porque "só traria confusão".

Eleição em março

Baeta antecipou ainda que esse plebiscito deve ser realizado no início do ano, de preferência em fevereiro; dependendo da resposta do povo, se aceita a Constituinte exclusiva, as eleições para a escolha de seus integrantes seriam em março. O presidente da OAB entende que seis meses é um prazo suficiente para a elaboração da nova Constituição. Neste caso, os membros da Constituinte que queiram concorrer a uma cadeira no Congresso já estarão livres da tarefa na época da eleição regular, em 15 de novembro de 1986. Da mesma forma, o parlamentar com mandato em curso poderá também concorrer às eleições para a Constituinte em março e, caso seja eleito, se licenciar para participar da elaboração da nova Carta, sendo substituído por seu suplente. Baeta acredita que esta tese da OAB é tão viável que o próprio presidente da Câmara sugeriu uma comissão paralela para a elaboração da legislação ordinária.

Ulysses argumentou ontem que a "grande comissão" com a atribuição de legislativo ordinário evitaria o uso de decretos-leis pelo Executivo, lembrando que foi adotada com êxito em vários países, como Itália e Espanha.

Pontos convergentes

O presidente da Câmara prevê uma boa acolhida a sua sugestão entre os congressistas, mas promoverá terça-feira à noite em sua casa uma reunião com os líderes de todos os partidos para examinar a emenda do presidente Sarney convocando a eleição para a Constituinte, no esforço de preparar um substitutivo "convergente". "Vamos tentar balizar a tramitação da emenda do Executivo. O fundamental é viabilizar a convocação de eleições em 15 de novembro de 86 para a Constituinte. Precisamos compatibilizar a soberania da Assembléia Constituinte, o que nos une com as preliminares da tramitação da proposta" — comentou.

Ulysses reafirmou que haverá dificuldades para conseguir 320 votos de deputados e 46 de senadores para aprovar a emenda e eventuais subemendas, daí a necessidade da reunião para estudar os "pontos convergentes". É por isso também que o presidente da Câmara evitou definir a data da votação da emenda Sarney.

Influência econômica

O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, por exemplo, defendeu ontem em Porto Alegre a Constituinte com poderes de Legislativo ordinário, concordando com o ministro da Justiça, Fernando Lyra, que ardeontem condenou a tese da Assembléia exclusiva, a separação da eleição de governadores, ou ainda os constituintes avulsos, sem filiação partidária. Chiarelli entende que a Constituinte deve ser preservada de "corporativismos e da influência do poder econômico", que poderiam determinar a eleição dos avulsos.

ANC 88
Pasta 10/85-1
054/1985